

O 2º sargento de Paula sofreu os ferimentos e foi socorrido ao hospital São Camilo, em Itu. Não resistiu aos ferimentos e faleceu. O cabo Gomes foi ferido por dois disparos na lombar, e está internado em estado grave. Eles estavam na rodovia, quando foram abordados. O sargento de Paula tinha 46 anos, e o cabo Marcelo Gomes Pires, 41 anos. O terceiro policial, 51 anos. Não eram nenhum recruta, eram três policiais antigos, e foram mortos à covardia. E lembrem-se, novamente, tiros de fuzil.

Quando falo que estamos em guerra, alguns dizem que estou exagerando. Tiro de fuzil para cima e para baixo. É arma de guerra. No outro dia, tivemos a ocorrência em que morreram os dois policiais rodoviários, e tínhamos .50, .30, tiros transfixantes, armas de guerra.

* * *
- Assume a Presidência o Sr. Delegado Olim.
* * *

O terceiro policial morto é um jovem policial, o soldado Paulo Henrique Fagundes dos Reis Basílio, do 42º Batalhão do Interior, em Presidente Venceslau. É mais um negro pobre, preto pobre da periferia, morto. Esses pretos pobres, ninguém se preocupa com eles. Quando preto pobre é da polícia, ninguém está preocupado se ele está morrendo. Quando é bandido, todos ficam nervosos. Mais um preto pobre morto, policial militar, 34 anos de idade. Estava na Polícia Militar há seis anos. Deixou a família: esposa e dois filhos menores. Foi sepultado em Presidente Venceslau.

O soldado Paulo Henrique Fagundes dos Reis Basílio foi abordado uma motocicleta, na cidade de Rosana, ontem. No momento da abordagem, ele foi atingido com um tiro na cabeça. Quem atirou no policial foi o vagabundo que havia sido preso por esse policial, algum tempo atrás. Eles estavam em dois numa motocicleta, e quando foram abordados pelo policial, um deles sacou uma arma e atirou na direção do policial.

É mais um policial militar morto. Em 102 dias, segundo a Polícia Militar, 26 policiais militares já foram assassinados, mas sabemos que é muito mais do que isso, porque a Polícia Militar computa os policiais em serviço. Sabemos que o número é maior que 26, mas vamos manter o número oficial de 26.

Em quatro meses, são 26 policiais militares mortos. Em que país do mundo isso acontece? Estamos falando apenas do estado de São Paulo e não do Brasil. Diariamente, virei a esta tribuna para cobrar providências e pedir ao Sr. Secretário de Segurança Pública para colocar a Rota nas ruas.

Vamos colocar a Rota atrás desses indivíduos. Vamos colocar os amigos da Polícia Civil para trabalhar firmemente contra esses indivíduos. Também há policiais civis mortos neste ano. Não podemos dar mole para o crime. Temos que trabalhar com força e coragem, enfrentando esses criminosos diariamente. Temos que ir atrás desses criminosos na toca.

Bandido que puxa arma para a Polícia tem que tomar tiro da Polícia. Bandido que atira na Polícia tem que morrer, porque é o Estado que perde quando um soldado da Polícia Militar morre. Não é só a família do Polícia Militar; todos perdem. Pagamos impostos para o policial ser treinado. Todo o Estado perde.

Chega de hipocrisia! Um policial militar não pode morrer dessa maneira. Nenhum pai de família pode morrer dessa maneira, mas um servidor do Estado não pode morrer assim. Ele não é treinado e não é incorporado à Polícia para morrer, mas sim para defender a sociedade.

Sr. Secretário e Sr. Governador, vamos colocar a Rota para trabalhar. Vamos fortalecer a nossa Rota, garantindo que ela combata o crime organizado, sem sofrer represálias, como tem sofrido ultimamente. Vários policiais da Rota têm sido transferidos, porque há muitas ocorrências. Isso é um absurdo e não pode acontecer.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Coronel Telhada, V. Exa. tem toda razão. Conte conosco. O que o senhor narrou é o dia a dia do policial. Se não fosse por nós, que defendemos a Polícia, as coisas estariam muito piores, porque ninguém vê o lado do policial. Parabéns.

O senhor defende todas as polícias - militar, civil, científica e guarda metropolitana - com o jeito de quem foi um grande policial. O senhor trabalhou em uma grande Rota, que deveria estar nas ruas. A Rota sempre foi respeitada. Os bandidos só respeitam a Rota.

Poderíamos fazer uma união em Doutor Alexandre e jogar nas ruas essas 100 viaturas da Garra que estão paradas por falta de efetivo. Com certeza, alguma coisa de bom aconteceria. Iria parar essa palhaçada de matar policiais e pais de família. Parabéns!

Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, durante a manhã, a mídia ocupou parte do seu tempo, relatando o enorme congestionamento na Av. 23 de maio.

Árvores caíram mesmo sem chuvas ou ventanias. Elas caíram, danificando redes elétricas e prejudicando, principalmente, aquelas pessoas que queriam trabalhar. Hoje, estava indo para a Prefeitura Municipal de São Paulo, mas cheguei com meia hora de atraso para uma audiência com dois secretários.

Para andar duzentos ou trezentos metros, levei mais de meia hora. Quantos trabalhadores não tiveram esse problema?

Quando era vereador, briguei muito para que não acontecessem casos como esse. Isso acontece, geralmente, em dias de ventania, tempestades e chuvas, que caem pela cidade de São Paulo e pela Grande São Paulo. As árvores desabam sob os carros, sobre a rede elétrica e sobre as pessoas, chegando a matá-las. São árvores que danificam os vizinhos, as casas dos proprietários.

Aprovei um projeto de lei que parecia tão insignificante: plantação de árvores frutíferas na cidade de São Paulo. Que significado tem? "É um projeto tão bobo, não tem nenhuma explicação. Quem é que vai entender isso?" E realmente não entenderam. Aprovei o projeto e vetaram. Na época, o prefeito da cidade de São Paulo, Mário Covas, vetou o projeto. "Plantação de árvores frutíferas? Por que um vereador quer fazer isso? Parece 'Dia do Vizinho', 'Dia do Mensageiro'. Um projeto tão insignificante." - dizem as pessoas. Eu não entendo assim. Aprovei e foi vetado; o prefeito Mário Covas vetou.

É interessante a história. Quando se retiram as árvores frutíferas, retiram-se os pássaros. Os pássaros são os predadores dos cupins. Tirando os pássaros, esses cupins aumentam. Você quebrou a cadeia ecológica, você agrediu a cadeia ecológica. Proliferam-se os cupins, que invadem nossos móveis, telhados, portas e armários. Os cupins corroem o concreto de prédios e edifícios, como aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo; aquele pilar central foi corroído por cupins. Eles acabam correndo as árvores, que caem e desabam em decorrência de temporais e chuvas, como aconteceu hoje. São os cupins que corroem essas árvores. Mas parece que não tem nenhuma importância.

Só que o prefeito Mário Covas se tornou governador. Quando governador, porém, alguém falou no ouvido dele que a plantação de árvores frutíferas na cidade de São Paulo, na Grande São Paulo e em outras cidades era extremamente importante para combater os cupins e evitar acidentes, como o desabamento de árvores em carros, por exemplo, que prejudica o trânsito.

O governador, então, fez o chamado "Projeto Pomar", junto com o "Jornal da Tarde" e o "Estadão". Ele plantou árvores frutíferas em todas as marginais de São Paulo. O governador - que, quando prefeito, vetara esse projeto - aprovou o "Projeto Pomar" junto com o "Jornal da Tarde". Quero parabenizar o "Jornal da Tarde". Com isso, ele acabou fazendo com que as marginais de São Paulo tivessem árvores frutíferas, como acontece também na Av. Tancredo Neves e naquele encontro da Av. dos Bandeirantes com a Av. Dr. Ricardo Jafet e a Imigrantes. Lá existe um pomar imenso. Na Av. Tancredo Neves, temos amoras. Vi pessoas colhendo amoras na Av. das Juntas Provisórias, por exemplo. O prefeito Jânio Quadros plantou essas árvores. O Mário Covas plantou as das marginais.

Quero parabenizar o governador Mário Covas pela correção. Como prefeito, ele vetou o meu projeto de lei, que o Jânio Quadros sancionou. O Jânio foi prefeito logo depois do Mário Covas. Ele disse que esse projeto era muito importante para a cidade de São Paulo e acabou sancionando e fazendo com que pudéssemos ter essas árvores frutíferas nas nossas avenidas. Quero rogar aqui a todos os municípios que plantem, se tiverem um pedacinho de terra em casa, árvores frutíferas. No quintal da minha casa, não há concreto, há grama; tenho três ameixeiras, três jabuticabeiras, mangueira, limoeiro. Faça o que falo, coloque em prática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Delegado Olim, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há pouco aqui denunciei que enquanto o servidor público espera a publicação de uma licença médica, esses dias são descontados e lançados como faltas injustificadas na vida funcional do professor, e de todos o servidores do estado de São Paulo, por conta de uma orientação do governo.

Através de um comunicado, o Comunicado 001/2016, o governo está orientando todas as Secretarias a ter esse tipo de procedimento. Se um professor, por exemplo, está doente, faz uma perícia médica e não tem condições de trabalhar, aguarda a publicação da perícia médica, mas enquanto a publicação não é feita no Diário Oficial, ele fica com faltas injustificadas: tem desconto no salário, prejuízo na sua vida funcional e também na sua aposentadoria. É o que determina essa orientação que está prejudicando milhares e milhares de servidores em todo o Estado, principalmente os nossos servidores da Educação. Estamos recebendo muitas denúncias; tenho ido às escolas estaduais e os professores reclamam muito.

Disse que tomamos providências em relação a isso. Já fui ao Ministério Público Estadual, protocolei uma representação. Ao mesmo tempo já tínhamos também protocolado aqui dois projetos de lei, que tramitam na Casa. Um deles já está pronto para ser votado, que é o Projeto de lei nº 51, que estabelece prazos para a publicação das licenças médicas pelo Departamento de Perícias Médicas. O prazo estabelecido é de sete dias no máximo. A partir do momento em que um servidor público realiza perícia médica, o Departamento de Perícias não pode exceder o prazo de sete dias para que haja a publicação. E somos totalmente contra o lançamento de faltas injustificadas enquanto o servidor aguarda a sua licença, porque isso é uma deficiência e uma incompetência do Estado em não agilizar a publicação. Ela deveria ser feita imediatamente no dia seguinte. Mas as perícias demoram 30, 40, 60 dias. Temos denúncias aqui de servidores que estão esperando há três meses a publicação de uma licença médica. Enquanto isso, ele não tem condições de trabalhar; muitos estão até hospitalizados e com seus salários cortados, com faltas injustificadas. Isso é uma afronta, um crime contra os servidores.

Então apresentamos representação ao Ministério Público contra essa medida do governo. O projeto de lei está pronto para ser votado, o Projeto de lei nº 51. Peça a ajuda de todos os deputados para que possamos votá-lo em caráter de extrema urgência.

Apresentei também o PL nº 175, que estabelece prazos para o trâmite de todos os processos e também para a publicação. Não só para o pedido de licença médica, mas para o pedido de aposentadoria, de readaptação, para todos os processos da vida funcional do servidor público. É um projeto importante que está na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós estamos aqui tomando providências do ponto de vista da Assembleia Legislativa, apresentando projetos de lei, indo ao Ministério Público e denunciando, cobrando que o governo revogue imediatamente, anule esse comunicado 001 de 2016, que pune, que confisca os salários dos nossos servidores, sobretudo dos professores e dos servidores da Educação. É um crime, um atentando contra os nossos servidores.

Sr. Presidente, sei que V. Exa., que é médico, não concorda com essa medida do governo Alckmin de fazer esse desconto, de lançar falta injustificada para um professor que fez perícia médica, que muitas vezes não é hospitalizado, acamado, sem condições de lecionar. Ele não irá esperar a publicação trabalhando, ele está inviabilizado.

Enquanto não é publicada a licença médica pelo departamento de perícia, esse professor tem desconto na sua folha de pagamento e fica com falta injustificada. Ele tem prejuízo salarial, funcional e previdenciário. É um absurdo que o governo tenha adotado essa medida, mais uma medida contra os servidores, em especial contra os servidores da Educação. Um crime, um atentado, Sr. Presidente.

É mais uma medida, porque há várias medidas contra os servidores. Temos aqui os decretos que foram editados no ano passado: proibindo reajuste salarial, proibindo a chamada dos aprovados nos concursos públicos, temos aqui o desrespeito à data-base salarial, a afronta também à lei federal que estabelece a jornada do piso para os servidores da rede de ensino, enfim, são tantas afrontas, é tanto desrespeito, que só ilustra bem o que nós denunciemos exaustivamente aqui, que é a política de ódio do PSDB e do governador Geraldo Alckmin contra os servidores públicos.

Essa tem sido a política para os servidores públicos, de ódio, de retirada de direitos, que têm dado sustentação agora ao PLP nº 257 que tramita no Congresso Nacional. Tenho certeza de que ele foi inspirado em São Paulo, em todas essas medidas do governo Alckmin, que é um laboratório de formulação de maldades contra os servidores públicos.

Esse projeto que tramita no Congresso Nacional é um projeto da presidente Dilma, do governo do PT, contra os servidores públicos. Ele pretende renegociar as dívidas dos estados com a União, promover o alongamento e o parcelamento da dívida com a União, com o BNDES dos estados, para dar folga de caixa aos estados, só que a contrapartida é que os estados façam mais ajuste fiscal penalizando os servidores públicos.

O projeto visa acabar definitivamente com os reajustes salariais, congelando os salários, confiscando os salários, acabando com as promoções, com quinquênio, com sexta parte, com todas as promoções, elevando a alíquota do desconto previdenciário de todos os servidores estaduais de 11 para 14 por cento. Essa é a medida tomada pela presidente Dilma, inspirada aqui nos governos do PSDB.

Um dos maiores defensores desse projeto, um dos maiores articuladores, é o governador Alckmin, que está fazendo um movimento com outros governadores para que o projeto seja aprovado imediatamente. Então, temos aí o PT e o PSDB golpeando os servidores públicos e os serviços públicos. Não é uma defesa corporativista, mas nós estamos defendendo a população. Esse projeto, se for aprovado, vai prejudicar imensamente a prestação de serviços na área da Educação pública, da Saúde pública, da Segurança e toda a população vai pagar caro por essa medida.

Por isso, nós estamos num movimento contra esse PLP 257, que é um atentado. Isso é golpe do PT e do PSDB contra os trabalhadores - dois partidos que representam as duas faces da mesma moeda: eles têm a mesma política econômica, defendem a alta dos juros e, sobretudo, têm essa política contra os nossos servidores.

Nós estamos tomando providências com o Ministério Público e apresentamos dois Projetos de lei para pôr fim a esse atentado do governador Geraldo Alckmin contra os servidores da Educação em lançar faltas injustificadas para os professores que estão aguardando a publicação de perícias médicas pelo departamento de perícias. Isso é um atentado contra os servidores.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, adita a Ordem do Dia com o Projeto de lei nº 175/2016, que tramita com urgência constitucional. Adita, ainda, em cumprimento ao determinado pela Constituição Estadual, com os seguintes Projetos de lei vetados: nºs 25 e 649/2012; nºs 363, 819, 986, 1.034, 1.129 e 1.217/2015.

Convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de quinta-feira e os aditamentos ora anunciados.

Lembrando-os, ainda, da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de entregar a 19ª edição do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.

* * *

12 DE ABRIL DE 2016

46ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES e FERNANDO CAPEZ
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a transferência da sessão solene convocada para o dia 02/05, às 10 horas, para "Comemorar o Dia da Cavalaria", para o dia 30/05, às 11 horas, por solicitação do deputado Coronel Camilo.

2 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre iniciativas do governador Geraldo Alckmin que, a seu ver, prejudicam os servidores do Magistério. Repudia artigo assinado pelo secretário da Educação, José Renato Nalini. Combate Decreto nº 61.917/16, que reduz a bonificação de professores da Rede Estadual de Ensino.

3 - FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência. Cumprimenta os visitantes José Luís Carneiro, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas de Lisboa; João Maria Cabral, embaixador para Direção-Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Francisco Ribeiro Telles, embaixador de Portugal no Brasil; e Paulo Lourenço, cônsul-Geral de Portugal em São Paulo; a quem dá as boas-vindas a este Parlamento.

4 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Tece considerações acerca de projetos de lei, de sua autoria, em favor da sociedade. Fala sobre queda de árvore, ontem, na Av. 23 de Maio, na Capital paulista. Mostra reportagem sobre o caso. Sugere a poda regular de árvores.

6 - CORONEL TELHADA

Faz observações sobre dificuldades enfrentadas pela Segurança Pública. Lamenta o assassinato, neste final de semana, de diversos policiais. Solidariza-se com profissionais da Educação. Opina que houve aumento da criminalidade. Apela ao secretário de Segurança Pública que faça estudos no sentido de armar fortemente as Polícias Civil e Militar para o que chamou de guerra.

7 - MARCOS MARTINS

Faz convite para o ato solene da "Semana de Combate ao Amianto", que será realizado dia 15/04, a partir das 15 horas, neste Parlamento. Ressalta os riscos do amianto para a saúde. Destaca projeto de lei, de sua autoria, que trata do assunto. Comenta a situação política do País. Questiona o papel da imprensa no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Sugere a leitura do livro "O Quarto Poder", de Paulo Henrique Amorim. Tece críticas à programação da TV Cultura.

8 - WELSON GASPARINI

Faz explanação sobre a estrutura da nova Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu. Destaca cursos internos, visando à capacitação profissional, e o atendimento médico e odontológico como diferenciais da penitenciária. Ressalta que foram destinados 55 milhões de reais para a construção da entidade, que abriga, atualmente, 741 detentas em regime fechado e 108 no semiaberto.

9 - MARCIA LIA

Fala sobre temas que, em seu entendimento, estão emperrados na Comissão de Educação deste Legislativo. Destaca que existem denúncias que não têm sido deliberadas, além da questão da qualidade da merenda e do transporte escolar. Comenta problemas apresentados por funcionários da Fundação Casa. Tece críticas a políticos que, a seu ver, agem de forma irresponsável. Defende o Estado Democrático de Direito. Repudia declarações feitas pelo vice-presidente Michel Temer.

10 - CORONEL CAMILO

Defende a implantação de home care no serviço público de Saúde. Cita casos de policiais feridos, que precisam deste modelo de atendimento. Comenta indicação, de sua autoria, que versa sobre o tema. Apela pela abertura de concurso público para o preenchimento de vagas para o cargo de médico da Polícia Militar.

11 - CORONEL CAMILO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h25min.

13 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h36min.

14 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, em nome do PSOL, critica a política de bonificação do governo estadual aos professores da Rede Pública de Educação. Afirma que o Governo Alckmin trata a Educação Pública com descaso. Considera que esta Casa passa por um período de pouca produção legislativa.

ORDEM DO DIA

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Tece comentários a respeito da reivindicação dos servidores do Ministério Público, presentes nas galerias. Coloca em votação e declara aprovado, sem debate, requerimento de licença, do deputado Pedro Tobias, para participar da conferência do Potencial da Diáspora Libanesa, em Beirute, no Líbano, no período de 30/04 a 10/05. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, com início 10 minutos após o término desta sessão.

16 - CLÉLIA GOMES

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária a ter início às 19 horas de hoje. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Proceda à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Coronel Camilo, transfere a sessão solene convocada para o dia 2 de maio de 2016, às 10 horas, com a finalidade de comemorar Dia da Cavalaria, para o dia 30 de maio de 2016, às 11 horas.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, o presidente gostaria de fazer uma intervenção.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Agradeço ao nobre deputado Carlos Giannazi, saudando os deputados Welson Gasparini, Coronel Telhada e a nossa ilustre presidente, deputada Analice Fernandes.

Anuncio que hoje esta Casa está recebendo as honrosas visitas de: Dr. José Luís Carneiro, secretário de estado das Comunidades Portuguesas de Lisboa; Sr. João Maria Cabral, embaixador para Direção-Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Sr. Francisco Ribeiro Telles, embaixador de Portugal no Brasil; e Sr. Paulo Lourenço, cônsul-geral de Portugal em São Paulo. Eles vieram fazer uma visita à Casa e ficarão para uma saudação ao Colégio de Líderes.

Uma salva de palas aos nossos convidados. Agradeço, mais uma vez, ao nobre deputado Carlos Giannazi.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Analice Fernandes.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência devolve a palavra ao nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, estamos cada vez mais chocados e perplexos com as maldades que são retiradas, pelo governador Alckmin, de um saco que parece não ter mais fundo. Cada dia uma maldade é retirada e apresentada contra a Educação Pública do estado e, sobretudo, contra o magistério.

Recentemente, o secretário estadual da Educação, ex-desembargador, ex-presidente do Tribunal de Justiça, José Renato Nalini, escreveu um artigo no site da Secretaria da Educação, dizendo que a responsabilidade do estado deveria ser apenas com a Segurança Pública e com a Justiça. Na verdade, para nós, a Segurança Pública é contra os movimentos sociais, criminalizando-os, e a Justiça também, condenando-os. Há repressão e criminalização aos movimentos organizados da sociedade.

O artigo afirma, ainda, que as outras áreas deveriam ser entregues à iniciativa privada e não menciona a Educação, que, primeiramente, é um dever do estado, como reza tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em segundo lugar, a Educação é um dos principais direitos fundamentais da Constituição, e isso não aparece no texto do secretário. Fica muito claro para nós que aquilo que ele escreve é a mais completa tradução da ideologia e da prática do governo tucano, a saber, o Estado mínimo. É isso que o PSDB sempre implantou aqui em São Paulo, privatizando, terceirizando e destruindo empresas públicas ao entregá-las aos empresários e ao capital privada. Então, ele não falou nada de mais, falou a verdade.

Hoje fomos surpreendidos com a publicação, no Diário Oficial, do Decreto 61.917, do governo estadual, que trata da bonificação de resultados dos professores - o famoso bônus, que já criou muita polêmica. Alguns dias atrás, o secretário disse que iria acabar com o bônus e fazer uma incorporação aos salários, que seria de apenas 2,5%. Seria esse o reajuste para todos os servidores - um verdadeiro golpe no magistério e nos servidores da Educação. O magistério até defende a incorporação, mas não nesses termos. Isso é um golpe de quinta categoria. A proposta foi rechaçada não só pelos professores e servidores da Educação, mas por toda a sociedade. É um absurdo tão grande que o próprio secretário voltou atrás. Pega mal, num momento como este, reajustar o salário dos professores da rede estadual em apenas 2,5 por cento.

Mas como se não bastassem essa confusão toda criada pelo governo e o texto publicado pelo secretário da Educação, agora temos a publicação do Decreto nº 61.917, que reduz a bonificação dos professores. Se no ano passado o Decreto nº 61.189 pagava um bônus de 20% em cima do salário-base dos professores, este ano caiu para 7 por cento. Ou seja, na prática, houve uma redução tenebrosa da bonificação. É mais um golpe contra o magistério, contra os servidores e, sobretudo, contra a Educação Pública. Estamos preocupados em saber o que virá pela frente. A cada semana, temos notícia de um ato do governo contra a Educação.